

**Requerimento n.º, de 2004
(Do Sr. Rogério Teófilo)**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada uma reunião de audiência pública, para debatermos sobre os programas e metas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura. Sugerimos que sejam convidados o Presidente do IPHAN, Sr. Antônio Augusto Arantes e o Sr. Sérgio da Silva Abrahão, Diretor de Planejamento e Administração daquele órgão.

JUSTIFICATIVA

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei 378 e pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.

A tarefa de implantação do Serviço do patrimônio foi confiada a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que contou com a colaboração de outros brasileiros ilustres como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drumond de Andrade.

Rodrigo de Melo Franco concentrou seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do país, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, realizando tombamentos, restaurações e revitalizações, que asseguram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.

Há mais de 60 anos, o Iphan vem realizando um trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. Seu trabalho pode ser reconhecido em cerca de 20 mil edifícios tombados, 57 centros e conjuntos urbanos, 13 mil sítios arqueológicos e cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos,

documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos. Hoje o Brasil conta com dezenove momumentos culturais e naturais considerados pela Unesco como Patrimônio Mundial.

Por tudo isso, consideramos da maior importância ouvir dos atuais gestores do Iphan, suas políticas e metas atuais.

Sala da Comissão, 04 de novembro de 2004.

Deputado Rogério Teófilo
PPS/AL